

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Da Prova Penal	15
1.1 Da Prova Penal – Considerações Gerais	17
1.2 Princípios da Prova no Processo Penal	29
1.2.1 Princípio do contraditório	32
1.2.2 Princípio da ampla defesa.....	36
1.2.3 Princípio da comunhão da prova ou aquisição	38
1.2.4 Princípio da oralidade	39
1.2.5 Princípio da auto-responsabilidade das partes	42
1.2.6 Princípio da não autoincriminação.....	43
1.2.7 Princípio da verdade real.....	49
1.3 Sistemas de Valoração da Prova	55
1.3.1 Sistema da prova tarifada	56
1.3.2 Sistema da íntima convicção	58
1.3.3 Sistema da persuasão racional ou livre convencimento motivado.....	60
2. Da Prova Ilícita	71
2.1 Da vedação constitucional à utilização das provas ilícitas	73
2.2 Da nova regulamentação da ilicitude da prova no Código de Processo Penal: algumas questões relevantes	82
2.2.1 Das provas ilícitas e das provas ilegítimas: distinção	82
2.2.2 Do ônus da prova e da faculdade de determinação de produção de provas “ex officio” pelo juiz	86
2.2.3 Das provas ilícitas por derivação	98
2.3 Da utilização da prova ilícita e o princípio da proporcionalidade.....	106
2.3.1 Do uso da prova obtida por meios ilícitos em prol do réu	112
2.3.1.1 Do desentranhamento das provas obtidas por meios ilícitos.....	115
2.3.2 Do uso da prova obtida por meios ilícitos em prol da sociedade	124

3. Dos Instrumentos para Obtenção de Provas no Processo Penal: Algumas Situações Específicas	137
3.1 Dos Registros Telefônicos	144
3.1.1 Interceptação telefônica <i>lato sensu</i> e suas subdivisões	144
3.1.2 Da Lei n. 9.296/1996 – aspectos principais.....	151
3.1.2.1 Das questões procedimentais relevantes da Lei n. 9.296/1996	160
3.1.3 Da prova emprestada.....	177
3.2 Dos Registros Ambientais.....	183
3.2.1 Das interceptações ambientais e o crime organizado	192
3.3. Da Violação da Correspondência.....	199
Conclusão	209
Referências Bibliográficas	219